

**Confederação
Brasileira de Golfe**
**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012
e relatório dos auditores independentes**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros
Confederação Brasileira de Golfe

Examinamos as demonstrações financeiras da Confederação Brasileira de Golfe (a "Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Confederação Brasileira de Golfe

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Golfe em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

São Paulo, 15 de abril de 2013

A handwritten signature in blue ink that reads 'PricewaterhouseCoopers' in a cursive style.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink that reads 'Renato Barbosa Postal' in a cursive style.

Renato Barbosa Postal
Contador CRC 1SP187382/O-0

Índice

Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstração do fluxo de caixa indireto	5
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Informações gerais	6
1.1 Aspectos fiscais	6
1.2 Atividades da CBG	7
2 Resumo das principais políticas contábeis	8
2.1 Base de preparação e apresentação	8
2.2 Reapresentação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011	8
2.3 Caixa e equivalentes de caixa	9
2.4 Ativos financeiros	9
2.5 Valores a receber	10
2.6 Ativo imobilizado	10
2.7 Intangível	10
2.8 Contas a pagar	11
2.9 Adiantamentos para eventos	11
2.10 Provisões	11
2.11 Benefícios a empregados - bônus	11
2.12 Patrimônio social - fundo de reserva	11
2.13 Reconhecimento de receita e correspondentes custos	12
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	12
4 Gestão de risco financeiro	13
4.1 Fatores de risco financeiro	13
5 Instrumentos financeiros por categoria	13
6 Caixa e equivalentes de caixa	13
7 Aplicações financeiras	14
8 Caixa restrito	14
9 Outros recebíveis	14
10 Contas a pagar	15
11 Adiantamento para eventos	15
12 Patrimônio social	18
13 Receitas das atividades	18
14 Custos com eventos realizados	20
15 Despesas gerais e administrativas	21
16 Remuneração dos executivos	22
17 Torneios incentivados que aguardam aprovações	22
18 Torneios com prestações de contas aprovadas pelo Ministério do Esporte durante 2012	22
19 Torneios em processo de captação de recursos	23
20 Eventos subsequentes	23

Confederação Brasileira de Golfe

Balço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	2012	2011	Passivo e patrimônio líquido	2012	2011
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	539	627	Contas a pagar (Nota 10)	363	94
Aplicações financeiras (Nota 7)	240	2.452	Salários e encargos sociais	133	90
Caixa restrito (Nota 8)	3.623		Adiantamento para eventos (Nota 11)	3.698	2.383
Outros recebíveis (Nota 9)	243	4	Outros passivos	12	4
	<u>4.645</u>	<u>3.083</u>	Total do passivo	<u>4.206</u>	<u>2.571</u>
Não circulante			Patrimônio líquido (Nota 12)		
Imobilizado	35	22	Patrimônio social	295	419
Intangível	9	8	Fundo de reserva	188	123
	<u>44</u>	<u>30</u>	Total do patrimônio líquido	<u>483</u>	<u>542</u>
Total do ativo	<u><u>4.689</u></u>	<u><u>3.113</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>4.689</u></u>	<u><u>3.113</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confederação Brasileira de Golfe

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2012</u>	<u>2011</u> (Reapresentado)
Receitas das atividades (Nota 13)	9.852	4.441
Custos com eventos realizados (Nota 14)	<u>(7.819)</u>	<u>(2.362)</u>
Resultado operacional das atividades	<u>2.033</u>	<u>2.079</u>
Despesas das atividades		
Gerais e administrativas (Nota 15)	<u>(2.112)</u>	<u>(1.610)</u>
Superávit (déficit) das atividades	<u>(79)</u>	<u>469</u>
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	(9)	(3)
Receitas financeiras	<u>29</u>	<u>20</u>
	<u>20</u>	<u>17</u>
Superávit (déficit) do exercício	<u><u>(59)</u></u>	<u><u>486</u></u>

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto, não se apresenta uma demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confederação Brasileira de Golfe

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Fundo de reserva</u>	<u>Superávit (déficit) acumulado</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2011		60	(4)	56
Superávit do exercício			486	486
Aumento do fundo de reserva (Nota 12)		63	(63)	
Destinação do superávit do exercício	<u>419</u>	<u> </u>	<u>(419)</u>	<u> </u>
Em 31 de dezembro de 2011	419	123		542
Déficit do exercício			(59)	(59)
Aumento do fundo de reserva (Nota 12)		65	(65)	
Compensação do déficit do exercício	<u>(124)</u>	<u> </u>	<u>124</u>	<u> </u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>295</u>	<u>188</u>	<u> </u>	<u>483</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confederação Brasileira de Golfe

Demonstração do fluxo de caixa indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	<u>(59)</u>	<u>486</u>
Ajustes		
Depreciação	<u>8</u>	<u>9</u>
	<u>(51)</u>	<u>495</u>
Variações no ativo e passivo		
Outros ativos	(239)	16
Contas a pagar	269	71
Salários e encargos sociais	43	39
Adiantamento para eventos	1.315	1.960
Outros passivos	<u>8</u>	<u>(13)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>1.345</u>	<u>2.568</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	2.212	(1.967)
Caixa restrito (Nota 8)	(3.623)	
Investimentos no imobilizado	<u>(22)</u>	<u>(13)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(1.433)</u>	<u>(1.980)</u>
Aumento líquido (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(88)	588
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>627</u>	<u>39</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u><u>539</u></u>	<u><u>627</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Confederação Brasileira de Golfe ("CBG" ou "Entidade") é uma entidade sem fins lucrativos, constituída com prazo indeterminado de duração e com caráter desportivo. Sua finalidade é desenvolver o esporte no Brasil em conjunto com as federações regionais, bem como regulamentar e supervisionar o desempenho das seguintes federações e entidades filiadas diretamente à CBG:

- . São Paulo - Federação Paulista de Golfe
- . Rio de Janeiro - Federação de Golfe do Estado do Rio de Janeiro
- . Rio Grande do Sul - Federação Riograndense de Golfe
- . Paraná e Santa Catarina - Federação Paranaense e Catarinense de Golfe
- . Pernambuco - Federação Pernambucana de Golfe
- . Bahia - Federação Baiana de Golfe
- . Região Centro-Oeste - FECONG - Federação Centro-Oeste de Golfe
- . Região Norte - Federação Norte de Golfe
- . Minas Gerais - Morro do Chapéu Golfe Clube - clube filiado diretamente à CBG

1.1 Aspectos fiscais

Em 10 de dezembro de 1997 foi sancionada a Lei nº 9.532, cujos principais aspectos de interesse da entidade estão apresentados a seguir.

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais tiverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinem, sem fins lucrativos.

A referida isenção aplica-se, exclusivamente, em relação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), não estando abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

As instituições isentas estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- . Não remunerar, de nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados.
- . Aplicar, integralmente, seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.
- . Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.
- . Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.
- . Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.
- . Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir com as obrigações acessórias decorrentes.
- . Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda as condições de isenção, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considera-se entidade sem fins lucrativos a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, o destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

A CBG vem cumprindo os requisitos anteriormente mencionados.

A partir de setembro de 2012 e, nos termos da ITG 2002, a Entidade é requerida a avaliar as questões relacionadas com a renúncia fiscal. A análise da administração e suas correspondentes implicações estão descritas na Nota 2.c. (c).

1.2 Atividades da CBG

A CBG tem por objetivo a promoção do esporte golfe no Brasil por meio de implementação dos projetos de golfe e organização de eventos ligados ao esporte.

A CBG é filiada ao Comitê Olímpico Brasileiro e às seguintes entidades internacionais: *Federacion Sudamericana de Golf*, à *International Golf Federation* e ao R&A - *Royal and Ancient Golf Club of Saint Andrews*.

A CBG conta com o apoio técnico-financeiro do Ministério do Esporte, por meio da Lei nº 11.438/06, e do Comitê Olímpico Brasileiro (COB).

Para obtenção de apoio técnico-financeiro das entidades acima referidas, todos os projetos desenvolvidos pela CGB são submetidos formalmente ao Ministério do Esporte para a aprovação e execução. Após o término do período de execução dos projetos, a CBG submete as prestações de contas de cada um dos projetos ao Ministério dos Esportes para aprovação. Nos casos em que os recursos advindos de projetos incentivados foram utilizados de forma parcial, após aprovação das prestações de contas, os recursos recebidos são devolvidos ao Ministério dos Esportes, atualizados monetariamente, conforme previsto na Lei nº 11.438/06.

Os apoios técnico-financeiros do Ministério do Esporte ocorrem da seguinte forma:

- (a) Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/06) - as empresas que desejam patrocinar o golfe podem utilizar o incentivo fiscal proporcionado da referida lei. As captações de patrocínios somente podem ser efetuadas após a aprovação formal do Ministério do Esporte. As prestações de contas são apresentadas ao final da execução de cada projeto aprovado.
- (b) Convênios com o Ministério do Esporte (Lei nº 96.015/98) - lei que permite a CBG obter apoio técnico-financeiro para projetos específicos de golfe. O processo de submissão do projeto, aprovação e prestação de contas é realizado de acordo com os termos previstos nesta lei.

O apoio técnico-financeiro do Comitê Olímpico Brasileiro se ocorre por meio da Lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001 (Lei Agnelo Piva). Esta lei estabelece que 2% da arrecadação bruta de todas as loterias federais do País sejam repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB).

Em agosto de 2001, o COB criou o "Fundo Olímpico", a partir do qual as verbas oriundas da Lei Agnelo Piva são repassadas às Confederações Brasileiras Olímpicas conforme rigorosos critérios técnicos. Os recursos só poderão ser utilizados para os seguintes propósitos:

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Programas e projetos de fomento.
- (ii) Desenvolvimento e manutenção do desporto.
- (iii) Formação de recursos humanos.
- (iv) Preparação técnica.
- (v) Manutenção de atletas.
- (vi) Participação em eventos esportivos.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria e pelo Conselho Fiscal em 12 de abril de 2013.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC para PMEs (R1) incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros" e nos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A Entidade elabora suas demonstrações financeiras utilizando a contabilização pelo regime de competência.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Reapresentação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

(a) Destinação do superávit do exercício

De acordo com o parágrafo 15 da ITG 2002, vigente a partir de 21 de setembro de 2012, o valor do superávit ou déficit do exercício deve ser incorporado ao patrimônio social ou, em caso de restrição para aplicação, deve ser reconhecida em conta específica do patrimônio líquido.

Em atendimento a este novo requerimento, a administração da Entidade efetuou a destinação do déficit do exercício para a rubrica de déficit acumulado.

(b) Apresentação do valor justo do trabalho voluntário

Conforme estabelece o parágrafo 19 da ITG 2002, o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração efetuou, com base em valores de remuneração de mercado por hora para profissionais que atuam nas funções de membros dos conselho fiscal e diretor da Entidade e multiplicou pelas quantidades de horas correspondentes, dedicada a CBG, realizou o registro contábil dos valores apurados na demonstração do resultado do exercício de 2012 e, para fins de comparabilidade, procedeu aos seguintes ajustes contábeis na demonstração do resultado de 2011:

	<u>Anteriormente apresentado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Reapresentado</u>
			2011
Receitas de serviços			
Trabalho voluntário	3.920	521	4.441
Despesas gerais e administrativas			
Trabalho voluntário	(1.089)	(521)	(1.610)

(c) Renúncia Fiscal

A Entidade tem isenção do imposto de renda e contribuição social sobre o superávit em conformidade com o artigo 15 da Lei 9.532/97, durante o exercício de 2012, para atender as orientações da norma ITG 2002, a administração da CBG avaliou a mensuração e divulgação de valores da renúncia fiscal que a isenção de imposto de renda e contribuição social propiciam a Entidade, concluindo este tema como impraticável. Embora o conceito de superávit ou déficit dos exercícios possa se aproximar ao conceito de resultado do exercício (lucro ou prejuízo), tais definições não são idênticas, sendo que a aplicação das alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado dos exercícios não seria uma maneira adequada de endereçar o assunto.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com um risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação e mensuração

Os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A Entidade classifica seus ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os empréstimos concedidos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem o "Caixa e equivalentes de caixa", "Aplicações financeiras", e "Outros ativos". Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4.2 *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de *impairment* na data do balanço. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados. Evidência objetiva de *impairment* poderia incluir, dentre outros:

- . dificuldade financeira significativa da contraparte;
- . inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal;
- . quando se torna provável que o devedor entrará em falência.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo de amortização, o valor do *impairment* corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por *impairment* para todos os ativos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Entidade apresentava aplicações financeiras na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.5 Valores a receber

Tratam-se das contribuições a receber das federações e corresponde a um valor fixo por golfistas filiados. Os valores a receber são avaliados no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de realização duvidosa. A provisão para créditos de realização duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.6 Ativo imobilizado

O imobilizado, composto de computadores e periféricos, é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos durante a vida útil estimada, pela taxa anual de 20%. A vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.7 Intangível

Refere-se a licenças adquiridas de programas de computador, capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pela taxa anual de 20%.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.8 Contas a pagar

Tratam-se de obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.9 Adiantamentos para eventos

Tratam-se dos valores aprovados pelo Ministério dos Esportes, Projeto Lei Agnelo Piva, COB e patrocinadores recebidos antecipadamente para incorrer durante os eventos em que esses adiantamentos se referem. Incorporam-se mensalmente a esses valores, o rendimento mensal de aplicações financeiras correspondentes ao saldo dos adiantamentos efetuados. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício quando as despesas com o correspondente evento são incorridas.

2.10 Provisões

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

As provisões para riscos trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Entidade.

2.11 Benefícios a empregados - bônus

A Entidade reconhece um passivo e uma despesa para pagamento de bônus com base em metas atingidas por seus empregados. O reconhecimento do bônus é usualmente efetuado por ocasião do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Entidade.

2.12 Patrimônio social - fundo de reserva

Representa o superávit/déficit acumulado pela entidade no decorrer de suas atividades, incluindo as destinações ao fundo de reserva.

O fundo de reserva é constituído para a realização de investimentos extra-orçamentários na área esportiva e administrativa, representando uma parcela adicional de 5% calculadas sobre os valores de taxas e filiação recebidas mensalmente, conforme determinado pelo estatuto social da entidade. São registrados na conta de fundo de reserva os valores não utilizados, que são transferidos para o resultado do exercício somente após a aprovação da administração da Entidade.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com o Estatuto da Entidade, a utilização ou movimentação dos valores que integram o fundo de reserva dependerá de aprovação prévia por parte das filiadas à CBG com direito a voto, conforme previsto no estatuto social da Entidade.

Conforme mencionado na Nota 2.2(a), no encerramento de cada exercício social, o superávit do exercício é transferido para a rubrica de patrimônio social. Inversamente, nos casos de déficit do exercício, este é compensado pelo patrimônio social.

2.13 Reconhecimento de receita e correspondentes custos

A receita compreende o valor presente das contribuições de associados, dos valores recebidos de patrocinadores e dos valores equivalentes às despesas incorridas em cada um dos eventos. Esses valores são reconhecidos no resultado na competência dos exercícios.

(a) Taxas recebidas das afiliadas

Representam ingressos de valores decorrentes das mensalidades de filiações das federações e clubes filiados a Confederação Brasileira de Golfe. Sua contabilização é por competência.

(b) Receitas de inscrições de jogadores em torneios

Corresponde às taxas cobradas dos jogadores que se inscrevem nos torneios de golfe, com o objetivo de subsidiar parcialmente os custos e despesas para a realização dos referidos eventos. Estas receitas são contabilizadas no resultado quando da ocorrência do evento.

(c) Receitas de patrocinadores

Referem-se aos valores que são captados diretamente com as empresas e entidades para eventos previamente aprovados pelo COB e Ministério dos Esportes, para subsidiar parcialmente os torneios de golfe. As receitas de patrocínio direto são contabilizadas no resultado do exercício quando da ocorrência do evento que o patrocinador está patrocinando.

(d) Receita dos eventos

Receitas de eventos referem-se aos valores que são submetidos para aprovação prévia do COB ou Ministério dos Esportes e utilizados nos projetos incentivados por meio da Lei de Incentivo ao Esporte, ou de Convênios específicos com o Ministério do Esporte (Lei nº 11.438/06) e por meio da Lei Agnelo Piva (Lei nº 10.264/01). Essas receitas são contabilizadas no resultado do exercício por ocasião da efetiva utilização dos recursos para pagamentos de despesas dos referidos projetos aprovados.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Entidade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Entidade está exposta a risco de liquidez.

Risco de liquidez

É um risco da CBG não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelo departamento de finanças.

5 Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros tais como "Caixa e equivalente de caixa", "Aplicações financeiras", e "Outros ativos", são todos classificados na categoria de empréstimos e recebíveis.

Os passivos financeiros como "Fornecedores", "Adiantamento para eventos" e "Outros passivos", são classificados como outros passivos financeiros.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo dos instrumentos financeiros é basicamente determinado pela comparação com outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado. Os valores registrados no ativo e passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua grande maioria, em prazos inferiores a 45 dias. Considerando as características e o prazo desses instrumentos, que são sistematicamente realizados, os valores contábeis em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 aproximam-se dos valores justos.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa	35	2
Bancos conta-movimento	62	148
Aplicações de liquidez imediata (*)	<u>442</u>	<u>477</u>
	<u>539</u>	<u>627</u>

(*) Aplicações financeiras em fundos de investimento de renda fixa com resgate automático e sem perda de rendimentos por ocasião do resgate.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Aplicações financeiras

Descrição	Instituição financeira	Referencial	2012	2011
Fundo de investimento - MESP Golfe Competitivo (i)	Banco do Brasil	Variação de 100% CDI		118
Fundo de investimento - MESP LPGA Brasil Cup 2012 (ii)	Banco do Brasil	Variação de 100% CDI	10	967
Fundo de investimento - MESP Circuito Brasileiro 2012 (ii)	Banco do Brasil	Variação de 100% CDI		620
Fundo de investimento - MESP Aberto do Brasil 2011 (ii)	Banco do Brasil	Variação de 100% CDI		600
Fundo de investimento - MESP Aberto do Brasil 2012 (ii)	Banco do Brasil	Variação de 100% CDI	54	
Fundo de investimento - MESP Reestruturação do Golfe (iii)	Banco do Brasil	Variação de 100% CDI		35
Fundo de reserva - Fundo de Investimento Renda Fixa (iv)	Banco do Brasil	Variação de 100% CDI		10
Fundo de reserva - Fundo de Investimentos (iv)	Banco do Brasil	Variação de 100% CDI	176	
Fundo de reserva - Fundo de Investimento curto prazo (iv)	Banco do Brasil	Variação de 100% CDI		102
			<u>240</u>	<u>2.452</u>

- (i) Tratam-se de recursos depositados em conta bancária bloqueada conforme estabelecido pelo Ministério do Esporte. A utilização do recurso ocorre mediante autorização do Ministério dos Esportes e de acordo com os custos previstos em cada uma das etapas do evento. Considerando que o projeto não foi realizado, foi solicitado ao Ministério a devolução do referido recurso cujo valor idêntico está registrado na rubrica de adiantamento para eventos.
- (ii) Referem-se a recursos que estão em contas bloqueadas estabelecidas pelo Ministério do Esporte. A liberação para utilização dos recursos ocorre mediante transferência para conta bancária específica de movimentação por ocasião da realização dos respectivos eventos.
- (iii) Projeto encerrado. Sua prestação de contas encontra-se em processo de aprovação pelo Ministério do Esporte.
- (iv) Tratam-se de recursos do fundo de reserva que somente podem ser utilizados ou movimentados mediante aprovação prévia por parte das filiadas à CBG com direito de voto, como está estabelecido no estatuto social da Entidade.

8 Caixa restrito

Descrição	Instituição financeira	2012	2011
MESP Brasil Premium Classic	Banco do Brasil	2.073	
MESP Aberto do Brasil 2013	Banco do Brasil	950	
MESP Golfe A Caminho das Olimpíadas	Banco do Brasil	600	
		<u>3.623</u>	

Conforme prevê a Lei do Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/06), a conta-corrente nominada pelo Ministério dos Esportes como "conta bloqueio", estabelecida pelo Ministério do Esporte, permanece no aguardo da conclusão de todas as captações para até o início da realização dos pagamentos dos gastos relacionados ao torneio. Quando do término do prazo de captação de recursos, o saldo da conta bloqueada é transferido para uma "conta de livre movimentação", também estabelecida pelo Ministério do Esporte, e terá por finalidade a execução dos pagamentos de todas as despesas de acordo com o plano de aprovação de despesas e planejamento financeiro e orçamentário, aprovado pelo Ministério do Esporte, por meio de ofício.

9 Outros recebíveis

	2012	2011
Contas a receber (Nota 13(d))	211	
Adiantamentos diversos	11	
Taxa de filiação a receber	10	
Impostos a recuperar	11	
Fundo de reserva a receber		4
	<u>243</u>	<u>4</u>

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Contas a pagar

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Diligencia Ministério do Esporte (i)	147	
Contas a pagar IMX (ii)	105	
Torneio Sulamericano Amateur - Colômbia (iii)	46	
Despesas com prestação de serviços técnicos	22	
Outras contas a pagar	<u>43</u>	<u>94</u>
	<u>363</u>	<u>94</u>

- (i) Refere-se à glosa realizada pelo Ministério do Esporte, no final de 2012, referente ao processo de prestação de contas do Projeto Reestruturação do Golfe ocorrido em 2008. No primeiro trimestre de 2013, a CBG apresentou ao Ministério do Esporte, recurso com as devidas justificativas. Aguarda-se manifestação ainda no primeiro semestre de 2013. Dada a incerteza quanto ao desfecho desse processo, a administração da Entidade decidiu pelo provisionamento do valor total do montante em discussão.
- (ii) O saldo refere-se ao valor a pagar à IMX Esporte e Entretenimento Ltda., a título de remuneração pelos serviços de captação de patrocínios para a CBG, conforme Contrato de Marketing celebrado entre as partes.
- (iii) Despesas com passagens aéreas, hospedagens, transportes e alimentação em torneio sulamericano amador de golfe, realizado na Colômbia.

11 Adiantamento para eventos

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Projeto Golfe Competitivo		118
Projeto Reestruturação Golfe Brasileiro		35
Projeto Lei Agnelo Piva (i)	11	23
MESP - Aberto do Brasil 2012	54	600
MESP - Aberto do Brasil de Golfe 2013 (ii)	950	
MESP - Circuito Brasileiro de Golfe Masculino 2012 (iii)		620
MESP 66 - Copa Los Andes		20
LPGA Brasil Cup 2012 (iv)	10	967
MESP - Golfe A Caminho das Olimpíadas (v)	600	
MESP - Brasil <i>Premium Classic</i> (vi)	<u>2.073</u>	
	<u>3.698</u>	<u>2.383</u>

Durante os exercícios de 2012 e de 2011, ocorreram os seguintes eventos:

(i) Projeto Lei Agnelo Piva

A Lei disciplina a aplicação dos recursos financeiros decorrentes da Lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001 - Lei Agnelo Piva, regulamentada pelo Decreto nº 5.139 de 12 de julho de 2004, em projetos e programas do Comitê Olímpico Brasileiro e das Entidades Nacionais de Administração do Desporto Olímpico, filiadas ao COB, do Desporto Escolar e do Desporto Universitário.

Os limites e critérios para gastos com a manutenção das Entidades beneficiadas com os recursos descentralizados, são classificados de acordo com critérios fixados previamente pelo COB. As entidades de pequeno porte, onde a CBG se enquadra perante a legislação, do total repassado pelo COB, através da

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Lei Agnelo Piva, podem incorrer em gastos de até 20% do total recebido com a manutenção da entidade. O COB, após examinar e aprovar as solicitações de recursos apresentadas pelas Entidades Nacionais de Administração do Desporto Olímpico credita em conta-corrente específica e exclusiva, mantida na Caixa Econômica Federal, para a movimentação dos recursos financeiros oriundos da Lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001, a importância correspondente, sujeitando-as à posterior apresentação de prestação de contas.

Os valores recebidos do COB e sua correspondente utilização estão apresentados abaixo conforme segue:

<u>Natureza das despesas</u>	<u>Em 2011</u>	<u>Em 2012</u>	<u>Acumulado</u>
Recursos recebidos - Lei nº 10.264/2001 (Nota 13(c))	510	930	1.440
Salários manutenção	(79)	(134)	(213)
Salários (fomento do esporte)		(222)	(222)
Serviços de assessoria	(64)	(134)	(198)
Viagens e hospedagens	(89)	(155)	(244)
Serviços de Internet	(43)	(13)	(56)
Despesas com locação	(41)	(46)	(87)
Serviços de comunicação e transporte	(53)	(8)	(61)
Retorno de recursos	(19)	(64)	(83)
Gráfica, uniformes, inscrições e seguros	(32)	(61)	(93)
Despesas gerais	(67)	(42)	(109)
Gastos com outros campeonatos		(64)	(64)
Saldo em 31 de dezembro de 2011 e de 2012	<u>23</u>	<u>(12)</u>	<u>11</u>

(ii) MESP Aberto do Brasil de Golfe 2013

O projeto Aberto do Brasil de Golfe 2013 tem por objetivo ampliar o número de atletas visando aumentar gradativamente o número de atletas brasileiros bem ranqueados internacionalmente.

As principais metas qualitativas são: (i) realizar o maior campeonato de golfe do Brasil; (ii) ser ratificado pelo PGA Tour como evento parte do circuito Latino Americano em 2013; (iii) receber cobertura de destaque na imprensa nacional e internacional; (iv) proporcionar atividades aos golfistas profissionais; (v) desenvolver talentos para que possam representar o Brasil nos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Este projeto foi avaliado na 54ª Reunião Ordinária da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, realizada em 6 de novembro de 2012, onde foi aprovado para captação de recursos no valor de R\$ 996. Processo nº 58.701.005113/2012-26. O projeto desportivo aprovado pelo Ministério de Esportes tendo como referência a Lei de Incentivo ao Esporte nº 11.438/06 e Decreto nº 6.180/07. Até 31 de dezembro de 2012, foram captados R\$ 950.

(iii) MESP - LIE Circuito Brasileiro de Golfe Masculino 2012

O projeto Circuito Brasileiro de Golfe Masculino 2012 tem como objetivo desenvolver o golfe masculino profissional no País por meio da realização de quatro torneios de golfe ao longo do País, sendo: (i) Clube de Golfe de Brasília - DF, de 14 a 17 de junho de 2012; (ii) Dahma Golf Club - SP, de 7 a 11 de agosto de 2012; (iii) Alphaville Graciosa Clube, no Paraná, de 28 de agosto a 1º de setembro de 2012; (iv) Terras de São José Golf Club - Itú, SP de 25 a 29 de setembro de 2012. Tratam-se de eventos de médio porte (R\$ 100 em premiação com participação de 60 jogadores, em cada etapa). Os 35 melhores estarão classificados para o Aberto do Brasil 2012.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Este projeto foi avaliado na 44ª Reunião Extraordinária da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, realizada em 6 de dezembro de 2011, onde foi aprovado parcialmente no valor de R\$ 1.759 e captado no valor de R\$ 820, remanescendo em 31 de dezembro de 2012, R\$ 10 que aguarda-se o momento para devolver este valor para o Ministério do Esporte.

O projeto desportivo foi aprovado pelo Ministério de Esportes, tendo como referência a Lei de Incentivo ao Esporte nº 11.438/06 e Decreto nº 6.180/07, conforme Processo nº 58.701.003145/2011-14.

(iv) MESP LIE LPGA Brasil Cup 2012

O projeto tem como objetivo a realização da etapa brasileira do circuito de golfe mais importante do mundo, o LPGA Tour, turnê feminina que conta com as melhores golfistas do mundo. O LPGA Brasil Cup 2012 será realizado de 4 a 6 de maio, no Itanhangá Golf Club - RJ.

Este projeto foi avaliado na 44ª Reunião Extraordinária da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, realizada em 6 de dezembro de 2011, onde foi aprovado parcialmente no valor de R\$ 2.981 e captado no valor de R\$ 2.467. Uma conta específica foi aberta para movimentação dos recursos.

O projeto desportivo foi aprovado pelo Ministério de Esportes, através da Lei de Incentivo ao Esporte nº 11.438/06 e o Decreto Lei nº 6.180/07, conforme Processo nº 58.701.002481/2011-3.

O referido projeto teve, como acréscimo de valor captado para sua execução, o valor total de R\$ 975, oriundos do Convênio nº 006/2012 firmado entre a Secretaria do Estado de Esporte e Lazer - RJ e a Confederação Brasileira de Golfe, regido pelas disposições contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e do que consta no processo nº E-30/394/12.

(v) MESP Golfe A Caminho das Olimpíadas

Com o foco nas Olimpíadas do Rio 2016, o projeto tem por objetivo oferecer a oportunidade aos melhores golfistas de participarem em torneios internacionais onde, o nível de competitividade é muito maior que um torneio local, além do despertar de interesse de crianças e jovens que não têm contato com o esporte.

Projeto dividido em cinco módulos: (i) "Golfe para a vida - Programa de Formação de Talento e Cidadania", (ii) "Campeonatos Sulamericanos" em quatro torneios pré-juvenis, (iii) "Campeonato Sulamericano da Colômbia Amador" e (iv) "83º Campeonato Amador de Golfe do Brasil em São Paulo".

Este projeto foi avaliado na 29ª Reunião Ordinária da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, realizada em 21 de novembro de 2012, onde foi aprovado para captação de recursos no valor de R\$ 959. Processo nº 58.701.005112/2012-81. O projeto desportivo aprovado pelo Ministério de Esportes tendo como referência a Lei de Incentivo ao Esporte nº 11.438/06 e Decreto nº 6.180/07.

Até 31 de dezembro de 2012, foram captados R\$ 600.

(vi) MESP Brasil *Premiun Classic*

O projeto tem por objetivo a realização do "Brasil *Premiun Classic*", etapa do *We.com Tour*, classificatório para o PGA Tour 2014. A competição reunirá aproximadamente 144 jogadores nacionais e internacionais. Este torneio é considerado o segundo mais importante das Américas.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Durante a execução do torneio, serão realizadas clínicas de golfe para iniciantes, incluindo estudantes do ensino público, que normalmente não teriam acesso ao esporte.

Este projeto foi avaliado na 29ª Reunião Ordinária da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, realizada em 21 de novembro de 2012, onde foi aprovado para captação de recursos no valor de R\$ 2.210. Processo nº 58.701.005228/2012-11. O projeto desportivo aprovado pelo Ministério de Esportes tendo como referência a Lei de Incentivo ao Esporte nº 11.438/06 e Decreto nº 6.180/07.

Até 31 de dezembro de 2012 foram captados R\$ 2.073.

12 Patrimônio social

O patrimônio social representa o superávit ou déficit acumulado pela entidade no decorrer das suas atividades, incluindo as destinações ao fundo de reserva.

(a) Fundo de reserva

O fundo de reserva é constituído para a realização de investimentos extraorçamentários na área esportiva e administrativa, representando uma parcela de taxas e filiação recebidas mensalmente; conforme determinado pelo estatuto social da Entidade. São registrados na conta de fundo de reserva os valores não utilizados, que são transferidos para o resultado do exercício somente após a aprovação dos afiliados conforme prevê o Estatuto Social da Entidade.

(b) Destinação do superávit do exercício

Considerando que o estatuto social da Entidade é silente em relação às destinações do superávit dos exercícios e conforme estabelece a Resolução nº 1.409 do CFC (Nota 2.2), estão sendo reclassificados para a rubrica de patrimônio social os resultados positivos auferidos no encerramento de cada exercício social.

13 Receitas das atividades

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Afiliação	1.156	1.093
Patrocínios e inscrições	1.629	1.594
Receitas com projetos incentivados	6.208	958
Trabalhos voluntários (Nota 2.2(b))	561	521
Outras receitas	<u>298</u>	<u>275</u>
	<u>9.852</u>	<u>4.441</u>

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Receitas de afiliação

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Federação Paulista de Golfe	591	554
Federação Paranaense de Golfe	164	166
Federação de Golfe do Estado do Rio de Janeiro	159	159
Federação Rio Grandense de Golfe	105	105
Federação Baiana de Golfe	35	24
FECONG - Federação Centro-Oeste/Nordeste Golfe	34	27
Federação Norte de Golfe	34	32
Morro do Chapéu	22	16
Federação Pernambucana de Golfe	12	12
	<u>1.156</u>	<u>1.093</u>

(b) Receitas com patrocínios e inscrições

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Patrocínios		
Campeonato Amador de Golfe do Brasil	425	410
Tour Juvenil	400	342
Patrocínio institucional (vários torneios)	282	245
Golfe para a vida	165	135
Sulamericano Copa Los Andes	93	93
Campeonato Profissionais	72	
Campeonato Aberto do Brasil		190
Torneio dos Presidentes		20
Outros	14	26
	<u>1.451</u>	<u>1.461</u>
Inscrições		
CBG Pro Tour	65	28
Campeonato Aberto do Brasil	46	37
Campeonato Amador de Golfe do Brasil	26	24
Campeonato Brasileiro Amador Juvenil	13	17
Torneio dos Presidentes		5
Outros	28	22
	<u>178</u>	<u>133</u>
	<u>1.629</u>	<u>1.594</u>

(c) Receitas com projetos incentivados

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Projeto LPGA Brasil Cup 2012	3.454	
Projeto Lei Agnelo Piva (Nota 8)(ii)	930	487
Projeto Circuito Brasileiro Golfe Masculino	840	
Projeto MESP Aberto do Brasil	808	
Projeto MESP Golfe Competitivo	120	
Projeto Reestruturação do Golfe Brasileiro Fase I	36	279
Projeto Copa Los Andes	20	192
	<u>6.208</u>	<u>958</u>

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Outras receitas

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receitas com chancela (*)	211	200
Receitas com doações		12
Fundo de reserva	65	63
Outras	<u>22</u>	
	<u>298</u>	<u>275</u>

(*) Conforme previsto em contrato de cooperação técnica firmado entre as partes, refere-se à receita obtida com apoio técnico-institucional da CBG ao Instituto Brasil 1 na realização dos torneios de golfe Aberto do Brasil, LPGA Brasil Cup e Circuito Brasileiro CBG ProTour. A CBG recebe um valor, a título de chancela, para assegurar que o evento esteja de acordo com os requisitos mínimos previstos em um torneio dessa magnitude.

14 Custos com eventos realizados

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Diversos com torneios	(1.093)	(1.348)
Desenvolvimento de golfe - Formação Técnica	(518)	(56)
Custos com projetos incentivados	<u>(6.208)</u>	<u>(958)</u>
	<u>(7.819)</u>	<u>(2.362)</u>

No ano de 2012 foram realizados os seguintes dispêndios financeiros para os eventos ocorridos:

(a) Custos diversos com torneios

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Com representações - torneios de equipes		
Campeonato Sulamericano Copa Los Andes	(76)	(520)
Campeonato Sulamericano Amateur	(44)	
Campeonato Mundial de Golfe	(28)	
Campeonato Sulamericano Juvenil	(17)	(18)
Campeonato Sulamericano Pré-juvenil	(11)	(5)
Campeonato Sulamericano Match Play		(20)
Uniformes	<u>(37)</u>	<u>(29)</u>
	<u>(213)</u>	<u>(592)</u>
Torneios individuais		
Campeonato Amador Golfe do Brasil	(324)	(321)
Profissionais	(159)	(20)
Campeonato Brasileiro Amador Pré-juvenil e Juvenil	(88)	
Torneio Faldo Series	(84)	
Tour Juvenil	(72)	(51)
CBG Pro Tour	(53)	(25)
Campeonato Aberto do Brasil	(14)	(228)
Outros campeonatos	(43)	(98)
Competições	<u>(43)</u>	<u>(13)</u>
	<u>(880)</u>	<u>(756)</u>
Total de custos com torneios	<u>(1.093)</u>	<u>(1.348)</u>

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Desenvolvimento de golfe - formação técnica

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Golfe para a Vida	(214)	
Programa Alto Rendimento	(85)	
Desenvolvimento institucional	(61)	(9)
Slope System	(51)	(24)
Cursos de Regras	(47)	
Desenvolvimento esportivo	(35)	(61)
Bureau	(19)	(20)
Entidades internacionais	(6)	
Ingressos Slope System		58
	<u>(518)</u>	<u>(56)</u>

(c) Custos com projetos incentivados

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Projeto LPGA Brasil CUP 2012	(3.454)	
Projeto Lei Agnelo Piva	(930)	(487)
Projeto Circuito Brasileiro Golfe Masculino	(840)	
Projeto MESP Aberto do Brasil	(808)	
Projeto MESP Golf Competitivo	(120)	
Projeto Reestruturação do Golf Brasileiro Fase I	(36)	(279)
Projeto Copa Los Andes	(20)	(192)
	<u>(6.208)</u>	<u>(958)</u>

15 Despesas gerais e administrativas

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Salários e encargos sociais	(689)	(464)
Trabalhos voluntários (Nota 2.2(b))	(561)	(521)
Gastos com despesas gerais	(344)	(207)
Despesas com terceiros (i)	(257)	(182)
Despesas com diretoria (ii)	(105)	(76)
Aluguel e manutenção do prédio	(94)	(88)
Despesas com <i>marketing</i>	(62)	(72)
	<u>(2.112)</u>	<u>(1.610)</u>

(i) Despesas com prestação de serviços jurídicos, serviços contábeis, serviços de traduções, serviços de auditoria e marketing.

(ii) Despesas com passagens aéreas, refeições e transporte com membros da diretoria da CBG em reuniões e eventos.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Remuneração dos executivos

A administração da Entidade cumpre os requisitos da Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, não remunerando seu corpo diretivo pelos serviços prestados.

Além do corpo diretivo a Entidade possui uma gerência executiva com salários e encargos totalizando R\$ 233 (2011 - zero).

17 Torneios incentivados que aguardam aprovações

Os seguintes torneios foram concluídos, documentações comprobatórias encaminhadas e, presentemente, aguardam aprovação do Ministério do Esporte:

(a) Ministério do Esporte - Lei de Incentivo ao Esporte

- (i) Reestruturação do Golfe Brasileiro - Processo nº 58.000.002381/2208-15 - projeto entregue ao Ministério do Esporte em 29 de março de 2011, no valor de R\$ 3.717.
- (ii) Copa Los Andes 2011 - Processo nº 58.701.003930/2010-88 - projeto entregue ao Ministério do Esporte em 26 de março de 2012, no valor de R\$ 211.
- (iii) LPGA Brasil Cup 2012 - Processo nº 58.701.002481/2011-3 - projeto entregue ao Ministério do Esporte em 29 de outubro de 2012, no valor de R\$ 2.490.

(b) Comitê Olímpico Brasileiro

Lei Agnelo Piva - documentação entregue ao Comitê Olímpico Brasileiro em 11 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 467.

(c) Secretaria Estadual de Esporte e Lazer do Rio de Janeiro

LPGA Brasil Cup 2012 - Convênio nº 006/2012 - projeto entregue à Secretaria Estadual de Esporte e Lazer do Rio de Janeiro em 11 de setembro de 2012, no valor de R\$ 1.007.

18 Torneios com prestações de contas aprovadas pelo Ministério do Esporte durante 2012

Os seguintes torneios tiveram suas prestações de contas aprovadas pelo Ministério do Esporte - Convênios:

- (i) Campeonato Mundial 2000 - prestação de contas aprovada em 14 de março de 2012, no valor de R\$ 80.
- (ii) Copa Los Andes 2002 - prestação de contas aprovada em 28 de março de 2012, no valor de R\$ 100.
- (iii) Campeonato Mundial 2006 - prestação de contas aprovada em 26 de setembro de 2012, no valor de R\$ 49.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Torneios em processo de captação de recursos

(a) Lei de Incentivo ao Esporte - Ministério do Esporte

- (i) Circuito Brasileiro de Golfe Masculino - Processo nº 58.701.004977/2012-21, aprovado captações no valor de R\$ 1.766.
- (ii) Aberto do Brasil de Golfe - Processo nº 58.701.005113/2012-26, projeto aprovado captações no valor de R\$ 996.
- (iii) *Brasil Premium Classic* - web.com - Processo nº 58.701.005228/2012-11, aprovado captações no valor de R\$ 2.210.
- (iv) Aberto de Golfe do Atlântico - Processo nº 58.701.005050/2012-16, aprovado captações no valor de R\$ 1.206.
- (v) Golfe a Caminho das Olimpíadas - Processo nº 58.701.005112/2012-81, aprovado captações no valor de R\$ 959.

(b) Comitê Olímpico Brasileiro

Lei Agnelo Piva - Comitê Olímpico Brasileiro, em processo de liberação de recursos para o exercício de 2013, no valor de R\$ 1.500.

(c) Convênio Ministério do Esporte - Rio de Janeiro

Programa Alto Rendimento Rio 2016 - SICONV nº 775276/2012, em processo de liberação de recursos para o exercício de 2013, no valor de R\$ 3.128.

20 Eventos subsequentes

(a) Eleição da diretoria - biênio 2013/2014

Conforme artigo 24 do Estatuto da CBG, a Assembleia Geral da CBG reunir-se-á, ordinariamente durante o mês de novembro, para realizar as eleições previstas neste Estatuto, a qual elegerá os membros dos poderes, que terão mandato a partir do 1º dia útil do mês de janeiro do ano subsequente.

Em 30 de novembro 2012, com a presença de todas as federações com direito a voto, ocorreu a primeira Assembleia Geral Ordinária, que tinha por propósito a eleição da diretoria da CBG para o biênio 2013/2014. Considerando que ocorreu um empate em 3 votos para cada uma das chapas, foi convocada nova Assembleia eletiva onde, em 27 de dezembro de 2012, ocorreu novo empate. Dada a urgência da situação e os sucessivos empates, foi proclamado como vencedor o candidato mais idoso para desempatar a eleição.

Em 28 de dezembro de 2012, a Federação Paulista de Golfe (FPG) ajuizou na Justiça Comum, Ação Cautelar Inominada, com pedido de liminar em face da CBG, objetivando sustar os efeitos da Assembleia eletiva ocorrida em 27 de dezembro de 2012.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 17 de janeiro de 2013, por força de sentença, foi julgado extinto o processo, sem julgamento do mérito, sob o fundamento central de que a controvérsia deveria ser submetida inicialmente à Justiça Desportiva.

(b) Torneios com prestações de contas a serem aprovadas pelo Ministério do Esporte em 2013

Os seguintes projetos foram entregues ao Ministério do Esporte e aguardam aprovação:

- (i) Circuito Brasileiro de Golfe Masculino 2012 - Processo nº 58.701.003145/2011-14 - projeto entregue em 26 de fevereiro de 2013, no valor de R\$ 840.
- (ii) Aberto do Brasil de Golfe 2012 - Processo nº 58.701.003369/2011-18 - projeto entregue em 13 de março de 2013, no valor de R\$ 863.

* * *